

# Banqueiros não temem aperto

Rio — O presidente da Federação Nacional de Bancos (Fenaban), Roberto Konder Bornhausen, afirmou ontem que o corte de subsídios imposto pelo Conselho Monetário Nacional não implicará num recrudescimento da inflação. Segundo ele, o corte proposto esta semana é apenas acessório, porque os grandes problemas do setor ocorreram já com a safra atual e "as medidas adotadas agora não deverão acarretar aumento substancial de preços".

Bornhausen — que, apesar de ter convocado toda a imprensa do Rio para uma entrevista, não se mostrava disposto a fazer maiores comentários sobre a reunião do CMN — afirmou acreditar que o conjunto de medidas adotadas terça-feira pelo Governo Federal "é coerente com o caminho que vem sendo seguido para a correção do programa econômico brasileiro".

Para ele, todas essas iniciativas são de aplicação viável no momento, "inclusive a retirada dos subsídios. O problema desses setores atingidos pelo corte é de preços. O subsídio creditício é uma distorção e deve terminar definitivamente, o que ainda não

ocorreu". Para o setor bancário, segundo Bornhausen, "a medida que mais preocupa é a que reduz o compulsório móvel".

Bornhausen não aceita as críticas de que, apesar do país estar atraído por um período de crise, os bancos continuam a ter excelentes lucros. Para ele, "isso está fora da realidade, pois os economistas que as formulam o fazem através de números distorcidos. Na verdade, quando a economia sofre, todos tendem a sofrer, mas quando vai bem todos devem ir bem".

Ele admitiu, porém, que os bancos continuam a ter bons lucros, "mas muitas outras empresas também apresentam o mesmo quadro. O que queremos é que todos tenham bons lucros".

Afirmou ainda Bornhausen estar otimista em relação ao próximo ano, "partindo dos péssimos resultados de 1983. Não faço previsões numéricas quanto à inflação, deixando isso para os profissionais que têm obrigação de fazê-lo. Acredito que as medidas adotadas pelo CMN terão reflexos sociais, que devem ser muito bem conduzidos pelo Governo, que tem obrigação disso".